

Desenvolvimento: conceito ou ideologia?

Development: Concept or Ideology?

SANDRO LUIZ BAZZANELLA

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (CNPq). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Canoinhas – SC – Brasil

orcid.org/0000-0002-9430-8684
sandro@unc.br

CINTIA NEVES GODOI

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente dos Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado e do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria. Goiânia – GO – Brasil

orcid.org/0000-0001-5844-4497
cintia.godoi@professor.unc.br

JAIRO MARCHESAN

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia Civil, Sanitária e Ambiental da Universidade do Contestado. Canoinhas – SC – Brasil

orcid.org/0000-0001-9346-0185
jairo@unc.br

ALEXANDRE ASSIS TOMPOROSKI

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Canoinhas – SC – Brasil

orcid.org/0000-0002-3042-7844
alexandre@unc.br

Resumo

Os múltiplos discursos e as mais variadas adjetivações do termo desenvolvimento indicam a ambivalência dessa terminologia, o que coloca em jogo os pressupostos epistemológicos a partir dos quais se pretende afirmar a cientificidade discursiva a seu respeito. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a constituição da noção de desenvolvimento e sua suposta consistência conceitual na composição de um discurso científico sistemático e suficiente. Também, procura-se demonstrar a condição eminentemente ideológica que os desdobramentos dos discursos sobre desenvolvimento possuem. Em função do debate que perpassa o artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, empregada por meio da investigação de material teórico vinculado à temática. Considera-se que a trajetória da terminologia em estudo expressa ausência de percurso histórico-epistemológico suficiente para figurá-la como conceito consistente. Ademais, a palavra possui caráter eminentemente ideológico, vinculado ao contexto pós Segunda Guerra e à expansão do capitalismo, cuja caracterização atual está intrinsecamente vinculada ao dogma do mercado.

Palavras-chave: Ciência; conceito; desenvolvimento; epistemologia; ideologia.

Abstract

The multiple discourses and the most varied adjectives of the term development indicate the ambivalence of this terminology, which brings into play the epistemological assumptions from which it is intended to assert the discursive scientificity about it. Therefore, this article aims to analyze the constitution of the development notion and its supposed conceptual consistency in the composition of a systematic and sufficient scientific discourse. Also, it seeks to demonstrate the eminently ideological condition that the development discourses have. Due to the debate that permeates the article, a bibliographical research was carried out, employed through the investigation of theoretical material entailed to the theme. It is considered that the trajectory of development terminology expresses the absence of a sufficient historical-epistemological path to appear as a consistent concept. Furthermore, the word has an eminently ideological character, linked to the context after World War II and to the capitalism's expansion, whose current characterization is intrinsically bound to the dogma of the market.

Keywords: Science; concept; development; epistemology; ideology.



<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvdo.1.005>

Recebido em: 7 de julho de 2021. Aprovado em: 5 de janeiro de 2022.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de investigações epistemológicas sobre pretensões de afirmação do conceito de desenvolvimento como justificativa para aprofundar a cientificidade aos discursos que o tomam como objeto de pesquisa. Assim, o objetivo é analisar a constituição e a consistência conceitual na composição do discurso científico sobre o desenvolvimento de localidades, regiões ou territórios. Não obstante, trata-se, em última instância, de analisar as condições de possibilidade e de validade da ciência produzida a partir do conceito de desenvolvimento, ou, escrito de outro modo, de compreender em que medida o conceito de desenvolvimento expressa universalidade discursiva e compreensiva capaz de articular campos disciplinares e científicos distintos na produção de ciências academicamente reconhecidas e socialmente válidas.

Nessa direção, cabe questionar, primeiramente: o que é um conceito? Quais suas características? O que difere um conceito de uma terminologia ou de uma ideia-força? Um conceito comporta aspectos multidimensionais? Como se apresenta, no âmbito conceitual, a tensão entre teoria e prática? Para que se possa considerar o desenvolvimento como um conceito suficiente no âmbito de uma ciência, é preciso que o termo seja submetido a questionamentos, entre outras variáveis analíticas, que possam ser apresentados e/ou respondidos. Logo, é isso o que se pretende ao longo deste artigo.

Sob tais pressupostos, importa contribuir com avanços suficientes na constituição dos fundamentos epistemológicos para a afirmação das bases de uma ciência do desenvolvimento consistente diante dos desafios conceituais, teóricos, práticos e analíticos em curso na contemporaneidade. É oportuno evidenciar, ainda, que não é objetivo desta produção realizar uma genealogia do conceito de desenvolvimento, mesmo que em algumas passagens sejam evocados aspectos históricos e representativos da origem de concepções e ideias que porventura são identificadas no próprio conceito da palavra.

Para tanto, este artigo está organizado em três seções: a primeira seção apresenta a definição do que é um conceito; no segundo subtítulo, são descritos os aspectos constitutivos do conceito de desenvolvimento, como sua multidimensionalidade e polissemia; na terceira seção, debate-se a dimensão ideológica do desenvolvimento, assim como apresentam-se aspectos paradoxais de sua condição no contexto das exigências do capitalismo contemporâneo, numa dinâmica global financeira, de plena produção e consumo.

O QUE É UM CONCEITO?

A análise em torno da consistência do discurso científico requer que se enfrente a questão da definição do termo conceito. Trata-se da compreensão de aspectos constitutivos que conferem racionalidade e universalidade a esse termo; condições cruciais para a afirmação de discursos científicos. Ressalta-se que a precisão

conceitual não é apenas uma prerrogativa do fazer científico, já que também é exigência de outras formas de conhecimento, entre eles, o conhecimento filosófico e teológico. Nesta perspectiva de análise, é imperativo considerarmos que a ciência, resultado do empenho humano, lógico, sistemático, conceitual e exegetico, que visa compreender além das aparências os fenômenos naturais, suas propriedades, causas e consequências, não é um acontecimento por excelência da modernidade. As obras de Platão, de Aristóteles, bem como de teólogos medievais, entre eles Anselmo de Cantuária, Alberto Magno, Roger Bacon, Tomás de Aquino, são a expressão do rigor exegetico e conceitual na constituição de uma ciência dedutiva sobre a realidade, o mundo, a vida, a existência (ROSSI, 2001).

O debate em torno do conceito tem origem na Grécia Antiga e alcança a atualidade. Tal condição significa que “Apresentar concepções de conceito já é em si uma conceptualização da história do conceito. É uma atividade crítico-criativa que permite compreender sua construção teórico-filosófica” (VALLÉE, 2013, p. 08). Nessa direção, encontra-se, entre os filósofos pré-socráticos Heráclito de Éfeso e Parmênides de Eleia, posicionamentos que demarcam o debate em torno do conceito e das condições de possibilidade do conhecimento humano em relação à *physis*¹. Para o primeiro, “o movimento determina toda a harmonia do mundo” (BORNHEIM, 1977, p. 43). Para o segundo, somente aquilo que é permanente existe: “2. E agora vou falar; e tu, escuta as minhas palavras e guarda-as bem, pois vou dizer-te dos únicos caminhos de investigação concebíveis. O primeiro (diz) que o (ser) é e que o não-ser é; este é o caminho da convicção, pois conduz à verdade” (BORNHEIM, 1977, p. 54).

Platão, em diálogo com Crátilo, se posicionou em relação ao debate proposto por Heráclito e Parmênides com o intuito de apresentar resolução à questão e assim conferir fundamento ao conhecimento: “Não há sequer bom senso, Crátilo, em declarar que existe um conhecimento, se todas as coisas se transformam e nunca permanece” (PLATÃO, CRATYLE, 1998 *apud* VALLÉE, 2013, p. 43). Ou seja, de acordo com a interpretação da passagem por Vallée (2013, p. 43), “Sem invariante, nenhum conhecimento”. Assim, Platão intensifica a investigação ao apontar para os limites da linguagem, e, segundo ele, “Dizer uma coisa não é necessariamente dizer o que é” (ROGUE, 2005, p. 19). Para Platão, é por meio dos sentidos que se tem acesso ao mundo, mas em função de sua limitação alcança-se somente o reflexo, uma indelével imitação do mundo. O acesso às ideias unas, eternas e imutáveis, constitutivas do mundo em sua condição essencial, somente é alcançado por meio da disciplina da razão na busca dos conceitos das “ideias”.

¹A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto. Trata-se, pois, de um conceito que nada tem de estático, que se caracteriza por uma dinamicidade profunda, genética. “Dizer que o Oceano é a gênese de todas as coisas é virtualmente o mesmo que dizer que é a *physis* de todas as coisas”, afirma Werner Jaeger referindo-se a Homero. Neste sentido, a palavra *physis* encontra em si mesma a gênese; ela é arqué, princípio de tudo aquilo que vem a ser. O pôr-se no manifesto encontra na *physis* a força que leva a ser manifesto. Por isto pode Heidegger dizer que “a *physis* é o próprio ser, graças ao qual o ente se torna e permanece observável” (BORNHEIM, 1977, p. 12).

A ideia (ser imutável) apreende-se com a inteligência; a aparência, mutável, com a sensibilidade. De acordo com a minha opinião, é preciso distinguir, antes de tudo, as cousas seguintes: o que é o que sempre é, e não tem geração; e o que é que se gera e nunca é. Um compreende-se pela inteligência por meio do raciocínio, é provável com a opinião, por meio do sentido irracional enquanto nasce e perece e nunca é verdadeiramente (Timeu, V, 27,28). E a uns (os objetos), dizemos que se veem mas não se pensam; ao contrário, as ideias pensam-se e não se veem (Rep., VI, 18, 507) (MONDOLFO, 1966, p. 192).

Por seu turno, Aristóteles mantém-se, num primeiro momento, vinculado a Platão na afirmação de um mundo sensível, que se manifesta aos sentidos, e de um mundo captado e compreendido conceitualmente. Contudo, se afasta do dualismo platônico ao situar estas duas dimensões cosmológicas no plano da imanência, na qual, pela via empírica e pela experiência, é possível alcançar o adequado conhecimento da matéria e da forma em suas diversas dimensões constitutivas presentes no mundo.

A essência de uma coisa é, portanto, o que é esta coisa mesma. Esta proposição tão simples vai nos conduzir rapidamente à consequência de que a substância possui verdadeiramente uma quiddidade, enquanto as modalidades accidentais não a têm ou, em todo caso, têm essência somente em sentido derivado e analógico. Para ver bem o que representa esta tese, é necessário recolocá-la na perspectiva em que seu autor a estabeleceu, ou seja, com o objetivo de refutar Platão. Sabe-se que, para Platão, as Ideias representam as essências das coisas sensíveis. Ora, uma das primeiras censuras que faz o fundador do Liceu a seu mestre é, precisamente, a de separar a essência da coisa da qual ela é a essência. Como o homem em si poderia ser a essência dos homens particulares, objeto-lhe, se não é imanente a eles? Isso é evidentemente impossível. Mas a teoria das Ideias não é somente absurda aos olhos de Aristóteles, ela é ainda inútil: ela não explica a realidade. [...]. A quiddidade do homem é idêntica ao ser que é homem. [...]. A essência das substâncias é idêntica a seu ser, nós o admitimos facilmente (MANSION, 2009, p. 84-85).

Assim, para Platão, a consistência do conhecimento da realidade reside na maior proximidade entre a razão e o mundo das ideias unas, eternas e imutáveis, enquanto que, para Aristóteles, a possibilidade de afirmar alguma forma de conhecimento da realidade implica acesso pela via da experiência às substâncias e às propriedades invariantes, que residem nos fenômenos e em tudo aquilo que se apresenta no mundo. Dessa forma, “[...] em sentido primeiro e fundamental, o ser se identifica à substância (ousia) [...] *ousia* significa, para a filosofia, o ente determinado, o indivíduo concreto, existente no mundo, as coisas, as plantas, os animais. Esse é o ente ao qual o homem tem acesso imediato por meio da sensação” (FARIA, 1994, p. 48-49). Dessa forma, importa ressaltar que a consistência da posição aristotélica alcança o debate epistemológico contemporâneo, conforme demonstra a seguinte passagem: “Na epistemologia, uma posição semelhante é defendida pelos partidários do realismo científico: as propriedades invariantes de uma categoria são realidades descritas por uma ciência empírica (POPPER, 1956; SMART, 1963; PUTNAM, 1981; para citar apenas estes)” (VALLÉE, 2013, p. 45).

Durante a Idade Média, um dos debates de maior envergadura em torno do conceito como expressão dos fenômenos externos constitutivos da realidade se estabelece a partir do nominalismo. Os nominalistas partem do pressuposto de que o conceito é um signo e, em sentido geral, expressa aquilo que está no lugar de outra coisa. Assim, conforme os nominalistas, não existem conceitos universais na medida em que a realidade é invariavelmente individual.

A realidade do universal, portanto, é contraditória, devendo ser total e radicalmente excluída. A realidade é essencialmente individual. Os *universais são nomes, não uma realidade, nem algo com fundamento na realidade*. A realidade, portanto, é essencialmente individual (REALE & ANTISERI, 2007, p. 300).

Dessarte, o nominalismo, na sua versão radical, nega a possibilidade de existência do universal como expressão empírica do mundo ou mesmo como perspectiva mental. O que de fato se apresentam são os signos, que sugerem o nome das coisas; expressos pela linguagem e pelos conceitos em sua singularidade. Ou seja, nenhuma universalidade substancial do mundo se apresenta fora do contexto das palavras.

O debate em torno da questão do conceito alcança a modernidade e nele se envolvem pensadores como Descartes, Spinoza, Hobbes, Locke, Berkeley, David Hume, Kant, entre outros. Em função da vastidão desse debate, concentra-se na apresentação de argumentos elaborados por Kant, por considerá-lo determinante na síntese temática entre empiristas e racionalistas em torno da temática. Assim, Kant se posicionou neste debate com o argumento de que “invariantes mentais participam na atividade cognitiva” (VALLÉE, 2013, p. 32). Diante do modelo da psicologia das faculdades, o autor da “Crítica da Razão Pura” distingue no ser humano a existência da faculdade perceptiva e da faculdade conceitual.

No caso da faculdade conceitual, Kant ainda distingue a condição do entendimento da condição da razão. A função do entendimento é refletir e pensar os objetos que chegam até o ser humano e deles derivar os conceitos. “Ele aplica regras lógicas às representações sensíveis, o que Kant chama de categorias do entendimento” (VALLÉE, 2013, p. 32). Por seu turno, a razão estabelece os princípios do conhecimento *a priori*, o que permite que “[...] racionalmente, por inspeção do espírito, a razão pode estudar os princípios do entendimento. A imaginação assegura a ligação entre a faculdade conceptual (entendimento e razão) e a faculdade perceptiva” (VALLÉE, 2013, p. 32).

A contribuição de Kant é significativa, sobretudo, por descrever os procedimentos pelos quais as faculdades do entendimento, da razão e da imaginação estabelecem as condições conceituais do conhecimento humano. Com isso, é possível reconhecer que existem conceitos advindos da experiência e que, submetidos ao escrutínio da razão, se apresentam com conteúdo empírico *a posteriori*. “Conceitos como ÁRVORE, GATO, PEDRA etc. são empíricos porque têm tal conteúdo: formas, sons, texturas. Mas isso não parece suficiente: para ver um gato enquanto gato, é preciso ver que há um gato, mas também que há *um* gato, e não alguns” (VALLÉE, 2013, p. 33). Contudo, é preciso compreender que existem conceitos que

não derivam da experiência e, portanto, não alcançam conteúdo empírico, como os conceitos das palavras necessidade, causa, unicidade. Kant nomeia esses conceitos de ‘puros’, os quais, *a priori*, estão presentes no entendimento.

Tais *conhecimentos* denominam-se *a priori* e distinguem-se dos *conhecimentos empíricos*, que possuem as suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência. [...]. Por conhecimento *a priori* entendemos, portanto, no que se segue, não se realizam independentemente desta ou daquela experiência, mas *absolutamente* independente de toda a experiência. Opõem-se a eles os conhecimentos empíricos ou aqueles que são possíveis apenas *a posteriori*, isto é, por meio da experiência. Dos conhecimentos *a priori* denominam-se, porém, *puros* aqueles aos quais não se mescla nada de empírico. Assim é, por exemplo, a proposição: cada mudança tem sua causa; uma proposição *a priori*, porém, não pura, porque mudança é um conceito que só pode ser tirado da experiência (KANT, 1974, p. 23-24).

Além disso, Kant distingue uma terceira ordem de conceitos: o de Deus e o de liberdade. Esses se distinguem dos conceitos puros *a priori* do entendimento, bem como dos conceitos de conteúdo empírico *a posteriori* por apresentarem-se como conhecimentos “[...] do particular, conhecido pelo conceito e não pela intuição. São objetos gerais, como as categorias do entendimento, mas que incidiriam sobre objetos, como as representações sensíveis. Seriam conceitos puros, que teriam a ver não com o entendimento, mas com a razão” (VALLÉ, 2013, p. 35).

A intensidade dos debates em torno da questão do conceito alcança a contemporaneidade e, dentre a riqueza dos debates travados por inúmeros pensadores e escolas filosóficas, ressalta-se as contribuições advindas da tradição analítica, mais especificamente do segundo Wittgenstein (1979), cujos posicionamentos encontram-se expressos na obra *Investigações filosóficas*, publicada em 1953. Na perspectiva analítica do pensador, os conceitos não se originam de pressupostos metafísicos, como pressupõem os pensadores vinculados à tradição platônica e aristotélica, ou das faculdades mentais, sejam elas do entendimento ou da razão, como expressos por Kant: sua manifestação é linguística.

Assim, a linguagem passa a ser considerada do ponto de vista da multiplicidade de usos que podem ser feitos das palavras e enunciados, e o mecanismo referencial será, então, revalorizado e situado em seu justo lugar: corresponderá a um dos usos possíveis. A linguagem se torna autônoma, relativamente aos fatos, e trata-se, então de, de considerar como ela engendra a significação ainda que na ausência de qualquer fato que pudesse ser a referência das palavras e dos enunciados (MORENO, 2000, p. 60).

Para Wittgenstein, cada palavra apresenta-se plena de significação estabelecida ao longo de uma tradição societária de longa data. Ou, escrito de outra forma, um conjunto de significados similares constituem um conceito, o qual se apresenta na forma de uma palavra: “[...] todos os filósofos que adotam o ponto de vista de Wittgenstein recuperam uma forma de nominalismo radical. [...]; para os nominalistas radicais, só as palavras são gerais” (VALLÉE, 2013, p. 57).

Diante dos aspectos selecionados em torno da discussão empregada, estabelecem-se variáveis, neste segmento do texto, que permitem reconhecer aspectos constitutivos do conceito. Nessa direção, apresentam-se três variáveis que parecem imprescindíveis no reconhecimento de um conceito, posto que o diferem de uma simples terminologia ou de uma ideia geral.

A primeira variável constitutiva do conceito reside no reconhecimento de sua condição estratégica para mobilizar a percepção e ativar o pensamento nas investidas de apreensão dos entes externos à condição humana. Desse modo, o conceito passa a mobilizar formas de representação e compreensão que permitem afirmar uma determinada realidade.

A segunda variável constitutiva do conceito reside na precisão da descrição de aspectos que conformam determinado fenômeno, ou objeto sob investigação, ao assumir uma condição tecnicamente precisa diante da necessidade de expressão, de interpretação, análise e compreensão da realidade. Assim, decorrente de sua tecnicidade, o conceito passa a ser utilizado didaticamente como forma de exposição de argumentos, de ideias e/ou teorias, cuja validade requer a evidência de coerência e consistência no encadeamento de características e significados constitutivos do arcabouço conceitual.

Por sua vez, a terceira variável constitutiva do conceito é a afirmação de sua universalidade abstrata, que designa com precisão entes e fenômenos que se apresentam à sensibilidade. É sob essa conformação que os conceitos podem ser organizados sistematicamente e aplicados na articulação de representações de propriedades invariantes de determinadas categorias do pensamento. Ademais, podem ser aplicados a objetos particulares na fundamentação da constituição de critérios interpretativos, analíticos e compreensivos de determinados aspectos que compõem a complexidade do real. Dessa maneira, “[...] para os filósofos em geral, possuir um conceito é possuir uma espécie de abstração que se aplica a situações concretas [...]” (VALLÉE, 2013, p. 78).

É diante desta complexidade inerente à conformação de um conceito, em suas exigências herméticas, lógicas, coerentes e consistentes, as quais garantem a cientificidade de um discurso sobre determinado aspecto do fazer humano, do mundo, da realidade, que se torna imprescindível pensar, questionar a terminologia “desenvolvimento” como um conceito. Afinal, é a partir dela que programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu* se propõem a fazer “Ciência do Desenvolvimento” e, num ato contínuo, se propõe a garantir que esse fazer científico contribua em âmbito público ou privado para desencadear ações que modifiquem a realidade humana, social, política e econômica dos envolvidos.

DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO?

Definir aspectos constitutivos de um conceito requer perspicácia analítica e discursiva para que uma terminologia expresse com maior rigor lógico possível o

que aspectos do mundo, dos entes, da realidade, se propõem a descrever. Ou seja, trata-se do empenho em circunscrever as ambivalências inerentes ao conceito com vistas a evitar seu uso a partir de pressupostos corriqueiramente veiculados nos mais variados discursos (informais ou não científicos). Sob tais pressupostos, a terminologia ‘desenvolvimento’ caracteriza-se por sua extensiva ambivalência, que contempla adjetivações diversas e imputa ao discurso que se pretende científico significados diversos. Com isso, compromete a descrição, bem como a adequada compreensão do fenômeno que se propõe a analisar ou mesmo compreender em suas relações de causa e efeito.

Destarte, avança-se para o entendimento de que os sentidos permitem acesso ao mundo, mas seus limites apresentam versões e reflexos deste mundo, os quais podem inclusive ser uma imitação. Por isso mesmo, por vezes, depara-se com o uso do termo ‘desenvolvimento’ como se fosse explicativo por si só e representativo de condições específicas relacionadas à qualidade de vida, melhorias, dentre outros aspectos. Nesse sentido, esta seção traz alguns questionamentos sobre a natureza conceitual dessa palavra.

Diante dos argumentos expostos, cabe questionar: o termo desenvolvimento reúne as condições necessárias para apresentar-se na forma de um conceito? Se tomarmos a primeira definição de conceito, acima apresentada, como condição estratégica para mobilizar o pensamento nas suas investidas de apreensão dos entes externos, dos acontecimentos, da realidade, que se apresentam cotidianamente à condição humana, é possível afirmar que o desenvolvimento é um conceito. Não obstante, suas múltiplas adjetivações, entre elas: desenvolvimento econômico, social, humano, político e sustentável, derivam do reconhecimento de um mundo em constante transformação e demarcado pela complexidade multilateral, promovida pela globalização econômica entre povos e países, bem como contribuem para a compreensão dos impactos de tais relações no plano local, comunitário e regional.

A segunda definição de conceito como um “termo técnico de uso didático” também contempla o termo desenvolvimento como conceito. Em suas múltiplas adjetivações, o conceito de desenvolvimento tecnicamente indica a necessidade de adequada compreensão de um determinado estágio situacional ao mesmo tempo em que remete ao reconhecimento de necessidades, potencialidades e até mesmo limites locais, regionais e globais, para o alcance de formas de relação e organização. Ou seja, no seu âmbito técnico, o conceito de desenvolvimento expressa avanço, melhoria, mudança de uma situação limitada para outra situação ampliada em seu horizonte de possibilidades.

Dessa maneira, do ponto de vista técnico e didático, o conceito de desenvolvimento apresenta-se em sua multiplicidade de adjetivos em duas perspectivas. A primeira perspectiva, de ordem teórica, denota a amplitude de objetos e temáticas de pesquisa abordadas pelos investigadores das mais diferentes áreas que compõem o debate sobre esse objeto. Técnica e didaticamente, transita entre as mais diversas áreas do conhecimento humano, o que o situa a partir de um âmbito

multidisciplinar e demonstra que tem a possibilidade de produzir discursos científicos sob pressupostos epistemológicos interdisciplinares.

A segunda perspectiva, de ordem prática, decorre da natureza técnica e didática do conceito acima exposto. Ou seja, o conceito de desenvolvimento e os discursos científicos e políticos dele decorrentes se apresentam como mote e justificativa por parte do Estado para elaboração e implementação de políticas públicas. Diante de determinados desafios, ou demandas locais, regionais e nacionais, o tema desenvolvimento articula diálogos e possíveis ações entre o poder público, lideranças comunitárias, comerciais e empresariais. Em todas essas instâncias e momentos dialógicos, observa-se a manifestação das mais diversas concepções, sejam elas científicas, políticas, pragmáticas, empresariais ou advindas do senso comum, as quais posicionam-se por meio de determinada concepção de desenvolvimento e de seus desafios. Tal constatação é demonstração inequívoca da condição didática e técnica do conceito.

Entretanto, as duas linhas de argumentação acima apresentadas, a partir das quais se afirma o desenvolvimento como um conceito, podem ser classificadas como insuficientes. Isso porque, mais do que afirmar o desenvolvimento como um conceito, revelam a fragilidade de sua condição conceitual. Seus limites teóricos e práticos denotam a insustentabilidade da pretensão de que o desenvolvimento se apresente de fato como um conceito. Ao tomarmos a terceira definição do conceito, que parte do pressuposto de que conceitos caracterizam-se por sua universalidade abstrata, sistematicamente articulada e organizada, e que incidem na forma da representação de propriedades específicas de uma determinada categoria a objetos particulares, explicita-se a insustentabilidade da sua terminologia².

Esta crítica está organizada em três aspectos gerais. Primeiramente, no fato

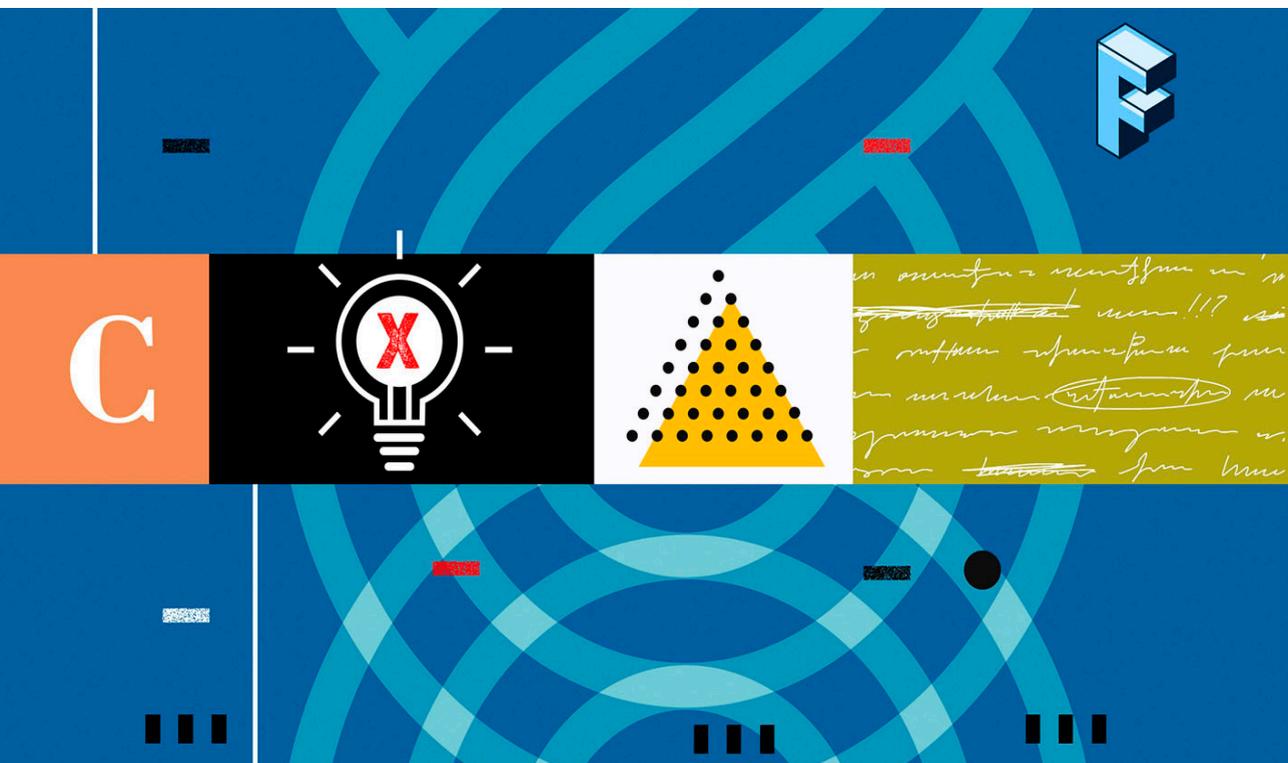
² No contexto da argumentação apresentada, é possível que o leitor faça os seguintes questionamentos: em que medida estes limites teóricos não são análogos aos existentes com relação a qualquer conceito das ciências humanas e sociais? Não ocorreria a mesma situação com "democracia", "representação política", "justiça", "progresso" ou conceitos correlatos? Uma possível resposta aos referidos questionamentos pode apresentar-se afirmativa. Sim, os referidos conceitos expressam ambivalências, sobretudo quando interpretados por matrizes diferentes de pensamento. Ou seja, para o liberalismo, para o marxismo, para a fenomenologia, ou mesmo para o existencialismo, entre outras correntes de pensamento e interpretação, podem se apresentar a partir de variáveis analíticas singulares em certos aspectos. Por outro lado, mesmo assim tais conceitos apresentam-se consolidados na trajetória das Ciências Humanas e Sociais advindas do século XIX. Ainda nesta direção, tome-se aqui o conceito de "progresso", cuja constituição recente encontra-se no movimento iluminista no século XVIII, o qual atingiu seu apogeu no século XIX, no âmbito da biologia evolutiva (ciências naturais, teoria da evolução) e na física social (Sociologia), de Augusto Comte. De tal modo, é preciso observar que o "limite" de um conceito em função das múltiplas mobilizações por diferentes narrativas, atores sociais e políticos, não necessariamente nega as contribuições e o legado do corpo teórico debruçado sobre ele, que certamente tem uma rigidez analítica válida. É possível e necessário o debate se esta condição é de fato um "limite": uma gama de mobilizações diferentes para um termo ou conceito pode denotar sua riqueza analítica e não elucidar uma fragilidade necessariamente. Porém, no que concerne à terminologia 'desenvolvimento', mesmo ao considerar estudos realizados, especialmente a partir do século XIX, majoritariamente no campo da economia, sua ampla inserção no campo interpretativo, analítico e discursivo das ciências humanas e sociais se estabelece, sobretudo, no século XX, vinculado ao campo político e ideológico no contexto das transformações sociais, políticas e econômicas em âmbito nacional e internacional.

de que a universalidade abstrata é condição necessária para a composição de um discurso; em segundo lugar, sua condição é polissêmica, o que denota a exigência das adjetivações para buscar avanços no entendimento dos argumentos constitutivos dos discursos, dos debates; e, em terceiro lugar, sua natureza propositiva ou de valoração de condição sempre se apresenta como agente certo de melhorias.

Ou seja, o conceito, na universalidade abstrata, é condição necessária para a composição de um discurso, seja ele de ordem científica, filosófica ou mesmo teológica. Com isso, possibilita aos falantes adequadas expressões do mundo, da existência e da realidade, em sua multiplicidade de entes e seres, que se apresentam na facticidade do cotidiano. O discurso proferido por um emissor em direção a um receptor se constitui pela linguagem, que por sua vez faz uso de signos, de símbolos, os quais se condensam em palavras e assumem a forma de conceito. Tal condição é fundamental para a composição de discursos cuja pretensão é a afirmação de conhecimentos lógicos, sistemáticos e consistentes em relação à realidade descrita. A linguagem, em sua função discursiva, a partir das propriedades terminológicas e ou conceituais, apresenta elementos cruciais para a constituição de espectro compreensivo em relação a determinados aspectos do mundo, da natureza, das relações humanas.

Aderindo ao nominalismo radical de Wittgenstein, postulamos que *todo conceito é uma palavra*, porque *toda palavra é um conceito*. Não há possibilidade de experiência-conhecimento fora da linguagem, que nos constitui. O conceito-palavra, isto é, o signo, é uma forma de vida (*Lebensform*) decorrente da atividade (*Tätigkeit*) daqueles que a empregam. [...] (VALLÉE, 2013, p. 127).

Diante disso, a pretensão de composição e de validade de um discurso cientí-



fico a partir da terminologia ‘desenvolvimento’ requer que ele se apresente e se justifique na forma do rigor conceitual. Ou seja, que condense na forma do conceito aspectos precisos da realidade natural e humana por meio dos quais se possa constituir uma descrição suficiente de determinados fenômenos ou de objetos. Sob tais pressupostos, em função de sua condição polissêmica, o termo desenvolvimento perde densidade gnosiológica e epistemológica. As inúmeras adjetivações que os discursos acadêmicos e científicos lhe atribuem, repita-se, entre eles: desenvolvimento humano, social, econômico, sustentável, cultural, religioso, vital, natural, imputam-lhe usos extensivos e com variações que comprometem o rigor interpretativo, analítico e compreensivo de determinada realidade. Ou, escrito de outra forma, a condição do termo desenvolvimento desencadeia uma multiplicidade de discursos, que, em suas especificidades, não demonstram de forma suficiente aquilo que querem efetivamente expressar quando se referem à palavra.

Outro aspecto que compromete a validade de um discurso que pretende apresentar-se científico refere-se ao pressuposto propositivo em relação ao termo. Toma-se como um aspecto *a priori* – inerente ao termo desenvolvimento – a ideia de melhoria, de avanço, de transição de uma condição de mundo, de vida, de organização social precária para uma condição adequada. Reside nesse movimento reflexivo e discursivo uma idealização de mundo e de vida que o uso da palavra desenvolvimento coloca em jogo³.

Ademais, essa idealização inerente à forma propositiva, pela qual se acolhe o termo, desconsidera os custos, ou passivos ambientais, humanos e vitais inerentes à transição, ao desenvolvimento de certas condições concebidas e descritas como precárias em relação a uma suposta condição humana de mundo apresentada como adequadamente desenvolvida. Aqui trata-se de considerar as seguintes questões: a partir de que critérios se estabeleceu o “ideal” de desenvolvimento? Quais os parâmetros que permitem afirmar que o “ideal” desenvolvimento forjado pelos povos ocidentais “desenvolvidos” é parâmetro e ideário para outros povos e culturas? Seria o humanismo antropocêntrico ocidental, que dizimou povos e culturas em suas expansões coloniais e imperialistas, o fundamento do “ideal” de desenvolvimento? Justifica-se um “ideal” de desenvolvimento sobre a diversidade do mundo e das formas de vida? Sob os aspectos dessa terceira variável analítica, que demonstra a inviabilidade do conceito de desenvolvimento e da constituição de discursos suficientemente científicos, é que se pode considerar que o referido

3 Reiteramos a argumentação desenvolvida na nota nº 2, mas também é preciso reconhecer que esta idealização ocorre com relação a uma miríade de conceitos clássicos tipificados da economia, da ciência política, sociologia e da história. Afinal, “idealização” é a condição por excelência de afirmação da ideia que subjaz, fundamenta o conceito. Ou seja, a “idealização” do desenvolvimento não necessariamente compromete uma possível e discutível “validade científica” do termo desenvolvimento. Porém, a partir de pressupostos argumentativos já apresentados, é pertinente considerar que o resultado da idealização do desenvolvimento promove discursos ideológicos, que têm a pretensão da cientificidade almejada pelos mais variados pesquisadores vinculados a este campo discursivo. Para apoiar o debate, citamos aqui a tese de Fernando Correa Prado (2015), intitulada: “A ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo”.

termo se apresenta com suporte por excelência de discursos ideológicos em contraposição à sua pretensão científica.

O DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA

A adequada compreensão do desenvolvimento como ideologia requer que se defina o que se concebe nesta reflexão por ideologia. O filósofo, político e historiador Norberto Bobbio (1909 - 2004) alerta para a profusão de usos que o termo ideologia assume nos discursos políticos das Ciências Humanas, entre elas a filosofia, ciência política, sociologia, geografia e a história. Este uso extensivo demarca a importância que assumiu ao longo dos séculos XIX e XX nos respectivos campos da ação e do conhecimento científico citados. Essa diversidade, ou condição polisêmica do uso do termo ideologia, imputa-lhe nuances interpretativas específicas, o que torna sua compreensão um significativo desafio⁴⁵:

I. PRELIMINAR. — Tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos (BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, 1998, p. 587).

O termo ideologia surgiu no contexto iluminista francês, final do século XVIII e início do século XIX. Foi criado pelo filósofo e político francês Destutt de Tracy (1754-1836), que tinha como pretensão instituir uma ciência das ideias. Contudo,

4 Neste ponto, trata-se de considerar tais reflexões: a ideologia poderia ser matizada como conceito? O caráter polissêmico e as diversas contradições derivadas das distintas mobilizações do termo não seriam também manifestações de sua imprecisão conceitual e ou científica? Aqui é preciso ter presente a intransponível distinção entre ciência e ideologia. A ciência, em sua acepção moderna nas modalidades: exatas, naturais, sociais aplicadas e humanas, se caracteriza pelo estabelecimento preciso de um campo de investigações, de objetos de pesquisa, de parâmetros metodológicos que conduzem a pesquisa e resultam na formulação de teorias explicativas dos fenômenos investigados. A ideologia como fenômeno político-discursivo faz uso das mais variadas formas de conhecimento com o intuito de apresentar uma explicação apriorística assentada na vontade de verdade com poder de convencimento de indivíduos e grupos sociais com vistas a determinados fins. Assim, ideologia funciona como um discurso eficiente de mobilização social em torno da possível eficácia de uma ideia; neste caso, de desenvolvimento. Ou seja, trata-se de decompor o caráter ideológico que compõe os discursos do desenvolvimento como forma de compreender a eficácia mobilizadora dos anseios de indivíduos, comunidades e povos.

5 Neste contexto, é interessante revisitar escolas de pensamento e pensadores de circunscrição nacional para analisar a forma como receberam a ideologia do desenvolvimento desencadeada pelos organismos internacionais a partir da segunda metade do século XX. Entre eles, cita-se: Celso Furtado e os cepalinos; a Teoria da Dependência desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, entre outros; também, lembra-se dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), extinto pelo ditadura militar, como o filósofo Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), que dentre inúmeras e consistentes obras publicou: *Consciência e Realidade Nacional. Volume 1: A consciência ingênua* (2021); *Consciência e Realidade Nacional. Volume 2: A consciência crítica* (2021); *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos: Introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale de lágrimas"* (2008), entre inúmeros outros textos de importância e profundidade em torno da temática do desenvolvimento nacional.

esse processo viu seu intento logrado pelos diversos usos do termo em contextos de disputas de poder, de interesses, de grupos sociais e de partidos políticos.

Esse termo foi criado por Destutt de Tracy (*Idéologie*, 1801) para designar “a análise das sensações e das ideias”, segundo o modelo de Condillac. A I. Constituiu a corrente filosófica que marca a transição do empirismo iluminista para o espiritualismo tradicionalista e que floresceu na primeira metade do séc. XIX (v. ESPIRITUALISMO). Como alguns ideologistas franceses fossem hostis a Napoleão, este empregou o termo em sentido depreciativo, pretendendo com isso identificá-los com “sectários” ou “dogmáticos”, pessoas carecedoras de senso político e, em geral, sem contato com a realidade (PICAVET, *Les idéologues*, Paris, 1891). Aí começa a história do significado moderno desse termo, não mais empregado para indicar qualquer espécie de análise filosófica, mas uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam (ABBAGNANO, 2007, p. 615).

Em artigo sobre conceito de ideologia, Ranieri (2003) faz uma abordagem sobre o conceito, sua trajetória histórica vinculada ao esforço de distinção de determinadas ideias e palavras do fazer científico, e dos desdobramentos dos usos em diferentes campos da ciência. O autor anuncia as dificuldades no entendimento do conceito de ideologia e de seu funcionamento instrumental. Dessa forma, a dificuldade de entendimento desta palavra, cuja flexibilidade de sentido é tamanha, pois cada conteúdo de sua definição depende do sujeito que o utiliza, bem como de seus usos em diversas esferas da vida, nas reflexões acadêmicas, no interior das universidades (RANIERI, 2003). Com isso, aponta-se para a necessidade do cuidado para não se estar em face de uma petição de princípio maior.

Ranieri (2003) também aponta a trajetória do conceito como oriunda dos trabalhos de Destutt de Tracy como exercício de contraposição à ciência, de forma sistemática, na obra *Elementos de ideologia*, cujo intuito era compor uma disciplina capaz de servir de fundamento para as ciências, que estudasse e conhecesse a origem das ideias e como leis se formam a partir delas, a fim de que o pensamento pudesse abstrair as que possuem caráter de falsidade e obscurantismo.

Ciência e ideologia, portanto, de acordo com Ranieri (2003), possuem funções ontologicamente distintas, mas ao mesmo tempo o autor salienta que nem por isso são excludentes, uma vez que a ciência visa obtenção de resposta do em-si da realidade, busca articulação de nexos e desvenda caráter de mobilidades, tendências de movimentos, enquanto que a ideologia tem por função estabelecer meios concretos de combate, de respostas a conflitos ou movimentos.

Para além do entendimento do funcionamento da ideologia e de sua contraposição à ciência, o autor apresenta também um argumento que vincula as ciências sociais às ideologias. Nesse contexto, não pode haver, para Ranieri (2003), estatuto de neutralidade nessas ciências. Tendo isso em vista, cabe reforçar a atenção que deve-se ter com o caráter ideológico presente em saberes ou debates, e destaca-se que este caráter pode ser encontrado em outras ciências, como as exatas.

Para além desta discussão específica sobre a vinculação possível ou não das ciências sociais às ideologias, se discute de que maneira é possível enxergar o uso do conceito do desenvolvimento como contradizente ao exercício científico, porque se apresenta como forma de resposta a conflitos e movimentos; forma essa que se reconhece em diferentes tempos, espaços e discursos. De todo modo, também se apresenta a ressalva para este artigo do entendimento de que não há consenso em estabelecer de maneira não questionável o uso de ideologia no fazer científico.

Dessarte, foi em meados do século XIX que o termo ideologia assumiu significativa expressão no âmbito das Ciências Humanas, sobretudo na sociologia de orientação marxista, que passa a concebê-lo como uma das ferramentas na luta contra a cultura burguesa: “[...] Marx de fato (cf. *Sagrada família*, 1845; *Miséria da filosofia*, 1847) afirmara que as crenças religiosas, filosóficas, políticas e morais dependiam das relações de produção e de trabalho, na forma como estas se constituem em cada fase da história econômica” (ABBAGNANO, 2007, p. 615).

No início do século XX, o cientista político, sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto estudou profundamente o conceito de ideologia e constatou que a interpretação marxista do termo se apresentava vinculada especificamente à interpretação infraestrutural da sociedade, o que restringia a interpretação às contradições econômicas vigentes e constitutivas do modo de produção em curso naquele contexto. As preocupações do pensamento científico e sistêmico de Pareto o levaram a considerar as especificidades da ideologia ao diferenciá-la das especificidades da ciência.

Em Pareto, a noção de I, corresponde à noção de teoria não-científica, entendendo-se por esta última qualquer teoria que *não* seja lógico-experimental. Segundo Pareto, uma teoria pode ser considerada: 1º em seu aspecto *objetivo*, em confronto com a experiência; 2º em seu aspecto *subjetivo*, em sua força de *persuasão*; 3º em sua *utilidade* social, para quem a produz ou a acata (*Trattato*, § 14). As teorias científicas ou lógico-experimentais são avaliáveis objetivamente, mas não nos outros modos, porque seu objetivo não é o de persuadir (*Ibid.*, § 76). Portanto, só as teorias não científicas são avaliáveis com base nos outros dois aspectos. Ciência e I. Pertencem, assim, a dois campos separados, que nada têm em comum: a primeira ao campo da observação e do raciocínio; a segunda ao campo do sentimento e da fé (*Ibid.*, § 43) (ABBAGNANO, 2007, p. 615).

Para o debate proposto neste tópico, considera-se a definição de ideologia apresentada pelo dicionário Oxford de Filosofia: “Qualquer sistema abrangente de crenças, categorias e maneiras de pensar que possa constituir o fundamento de projetos de ação política e social [...]” (BLACKBURN, 1997, p. 195).

A origem do termo ideologia, bem como as concepções de tradição marxista e da sociologia sistêmica de Pareto, sucintamente apresentadas anteriormente, apontavam a seu modo para as especificidades desse termo e para o uso da palavra desenvolvimento vinculada às propostas políticas e econômicas práticas, de manutenção e potencialização de interesses de classe ou de domínio político por parte de determinados grupos sociais. É nesse sentido que argumenta Jorge Montenegro

Goméz, no artigo intitulado *Crítica ao conceito de desenvolvimento*, publicado na Revista “Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho”:

Como acontece com muitas das categorias e conceitos associados à ideologia do capital, a operacionalização do conceito de desenvolvimento, como estratégia de reprodução do capital é recente. Apenas nos últimos cinquenta anos vem se trabalhando com a ideia de desenvolvimento. Não se trata, portanto de uma categoria de profundo conteúdo histórico, tampouco de uma categoria ontologicamente atrelada ao devir da sociedade, como poderia deduzir-se da consideração e às vezes, veneração, com que essa ideia é apresentada e trabalhada (GOMÉZ, 2002, p. 2).

A análise detida nessa passagem demonstra, de forma inequívoca, contradições argumentativas advindas da condição ideológica do termo desenvolvimento. O autor inicia o trecho com os termos “categorias”⁶ e “conceitos”⁷ como sinônimos e desconsidera a necessidade de diferenciá-los suficientemente em suas funções e especificidades na composição do discurso científico. Na sequência do argumento, faz referência ao “desenvolvimento como conceito”. Todavia, reconhece que o trabalho e/ou o uso do termo é recente (dos últimos 50 anos).

Goméz (2002), ao utilizar pela segunda vez o termo “categoria”, para referir-se ao termo desenvolvimento, também reconhece a inconsistência histórica e ontológica necessária à afirmação de condição conceitual fundamental para o estabelecimento de interpretações, análises e compreensões científicas da realidade de comunidades, povos e países. Essas fragilidades constitutivas do termo apresentam-se como aspectos limitantes de análises que se intensificam em pesquisas e discursos pretensamente científicos, os quais pretendem comparar, determinar, classificar e/ou julgar o grau de desenvolvimento de diferentes âmbitos.

Defensores da tese do conceito de desenvolvimento podem argumentar que as fragilidades históricas e ontológicas apresentadas pelo autor acima citado, bem como a argumentação apresentada pelos autores deste estudo, de que o termo apresenta-se como ideologia, desconsideram que as origens do conceito remontam às preocupações das teorias desenvolvidas pelos economistas fisiocratas franceses no século XVIII ou mesmo da obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*, publicada em 1776, que afirmaria a economia política como ciência. Além disso, poderiam convocar a seu favor o argumento de que o conceito de desenvolvimento tem sua origem e trajetória atrelada à filosofia do progresso, de matriz positivista e evolucionista, ou mesmo aos usos de ideias evolucionistas nas ciências sociais, sob a égide do darwinismo social constituídas no século XIX.

6 “Em geral, qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às C. é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade” (ABBAGNANO, 2007, p. 139).

7 A definição de conceito foi desenvolvida neste artigo especificamente na primeira seção, intitulada: O que é um conceito. Para aprofundamentos recomenda-se a obra: *Que é um conceito?*, de Benoit Vallée-Hardy (2013).

Argumentos dessa natureza carecem de consistência à medida em que os desafios dos fundadores da economia política moderna vinculavam-se em grande parte à afirmação dos fundamentos do liberalismo econômico em contraposição às práticas do mercantilismo, constitutivas dos Estados absolutistas estruturados por ações econômicas feudais⁸.

No que concerne à filosofia do progresso, ela se constitui no século XIX como coroamento das apostas do iluminismo na razão, na ciência e na técnica circunscritas na esteira da revolução industrial ocorrida em alguns países da Europa ocidental, entre eles Inglaterra, França, Itália, Holanda e Alemanha, os quais colocaram em curso práticas de imperialismo colonial sobre povos dos continentes africanos, asiáticos e sul americanos. Ou seja, aos pressupostos da filosofia do progresso vinculam-se às práticas econômicas e políticas colonialistas e predatórias em relação aos demais continentes e povos.

Com isso, a afirmação do termo desenvolvimento em sua condição ideológica se apresenta como um marco histórico importante no pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1949, no discurso do Presidente dos Estados Unidos Henry Truman.

Nesta direção, Prado (2015), em tese intitulada: “A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo”, utiliza como marco o período pós Segunda Guerra Mundial, especialmente o período da Guerra Fria, como parte da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos em contraposição aos projetos de planificação da União Soviética. Assim, o autor argumenta:

É certo que, trocando em miúdos, a ideia de desenvolvimento nasce muito antes da segunda metade do século XX. No fundo, mas com diferentes formas, trata-se de uma ideia que remonta à própria origem do sistema interestatal capitalista e que deve ser entendida como parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista. Não por acaso, muitos traçam uma espécie de linha de continuidade entre a economia política clássica e o debate teórico-político que após a Segunda Guerra ficou conhecido como “economia do desenvolvimento”. (PRADO, 2015, p. 44)

Por seu turno, José Luis Fiori (1999) apontou que após 1945 é que a “geocultura do desenvolvimento” se transformou em fenômeno universal e o desenvolvimentismo ocupou utopicamente de forma absoluta o mundo pós-guerra. Prado (2015) reforça o argumento de que a criação da Organização das Nações Unidas nasce com uma carta fundacional que em 1945 coloca o desenvolvimento como horizonte, como agenda internacional, formalizada para alcançar as mais diversas

⁸ Neste ponto da discussão, é preciso considerar que o tema do desenvolvimento, mesmo em suas origens, não foi trabalhado somente pelos autores da Economia Clássica. A literatura de Sistemas Nacionais de Economia Política, que foi quase contemporânea ao liberalismo clássico e que teve em Friedrich List (que também pertencia à Escola Histórica Germânica) seu grande defensor, produziu importante debate no Século XIX rico e substantivo sobre o desenvolvimento com uma matriz teórica anti-liberal. Considere-se ainda o fato de que List escreveu a primeira crítica a Smith e ao liberalismo bem antes de Marx escrever sua magnânima obra: *O Capital*.

nações. Ferreira e Raposo (2017) também consideram a importância do debate sobre desenvolvimento a partir da força dos processos desvencilhados após a Segunda Guerra Mundial. Gómez (2005) corrobora com o papel do discurso de Truman como importante marco para sedimentação da ideia de desenvolvimento e de estágios para se alcançar o desenvolvimento através do uso da expressão subdesenvolvimento. Argumenta o autor:

De forma breve, mas contundente, Truman estabelece os fundamentos de um instrumento que reforçará as estratégias de controle social existentes e estabelecerá uma nova geografia política: a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; a consolidação de um modelo de “desenvolvimento” à imagem e semelhança dos países desenvolvidos, que os subdesenvolvidos deveriam seguir [...] (GOMÉZ, 2005, P. 54)

Na ocasião, o referido país assumiu a liderança econômica e militar dos países alinhados à dinâmica do capitalismo em contraposição à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se apresentava como liderança econômica e militar dos países socialistas. Se estabeleceu a geopolítica bipolar e as duas superpotências conduziam, vigiavam, controlavam e intervinham⁹, quando necessário, na dinâmica dos povos circunscritos às suas áreas de controle. Esse período também foi marcado pela constante ameaça de confronto bélico nuclear entre as duas potências. Todos esses acontecimentos circunscvem o período conhecido como “Guerra Fria”.

É após a Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento se afirma definitivamente na arena política internacional, com o Plano Marshall e, simbolicamente, com o célebre Ponto 4 do discurso de Truman (1949). O cenário é já o de uma Guerra Fria a emergir, em que os EUA e a URSS procuram, cada um à sua maneira, impor uma agenda de transformação – capitalista e socialista, respectivamente – aos restantes países (FERREIRA & RAPOSO, 2017, p. 117).

A ideologia do desenvolvimento no arco de influência do capitalismo se firma por meio da criação de instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e suas diversas agências de monitoramento de desenvolvimento, e o Banco Mundial, para a oferta de créditos destinados à implantação de repositórios previamente definidos e controlados pelo Fundo Monetário Internacional

⁹ “A América Latina e o Caribe tiveram sua história marcada pela presença de ditaduras, grande parte delas protagonizadas por militares. Nos anos 1920 e 1930, países como a Venezuela, Cuba, Nicarágua, República Dominicana, Peru e Haiti experimentaram esse tipo de regime. No entanto, o tipo característico de regime ditatorial das últimas décadas do século XX foi o governo militar baseado na doutrina de segurança nacional, que se concentrou no Cone Sul do continente. Iniciado no Brasil em 1964, esse ciclo de ditaduras militares disseminou-se pela região, chegando à Bolívia (1964), à Argentina (1966, e depois 1976), ao Chile e ao Uruguai (1973). Como características comuns esses regimes impuseram uma militarização do Estado, com as Forças Armadas assumindo o papel de dirigentes políticos e agentes da repressão, e mantiveram-se no poder por meio de violenta repressão contra as forças populares e as instituições democráticas” (SADER, s.d., s.p.).

(FMI). Nesse contexto, países “subdesenvolvidos¹⁰”, ou seja, deficitários em relação aos padrões de produção e consumo de massa estabelecidos pelo capital e utilizados como meta de aferição do grau de seu desenvolvimento econômico, passam a ser assediados pelas organizações multilaterais com receituários e imposição de metas necessárias ao seu desenvolvimento. Países periféricos contraem dívidas externas estratosféricas, o que os tornam ainda mais dependentes dos países centrais – desenvolvidos.

Na primeira geração do desenvolvimento *mainstream* (ca. 1945-1970), a leitura prevalecente é a de que o desenvolvimento se dá somente através do impulso do crescimento econômico, tornando-se frequentemente seu sinônimo (Cf. Amaro, 2004). Por sua vez, o crescimento econômico dá-se por via da industrialização que requer, em primeiro lugar, acumulação de capital, especialmente em contextos de excesso de oferta em mão-de-obra⁴ (Meier, 2005). As interpretações estruturalistas da época requeriam, pois, independentemente dos modelos seguidos (sectores duais de Lewis; *big push* de Rosenstein-Rodan; etapas do crescimento de Rostow; industrialização por substituição de importações, na hipótese de Prebisch-Singer, etc.), uma forte intervenção estatal, em contextos onde as falhas de mercado eram abundantes (Cf. Meier, 2001) (FERREIRA & RAPOSO, 2017, p. 117).

A partir dos anos 80, século XX, a ideologia do desenvolvimento assume contornos advindos do ideário neoliberal¹¹ produzido e difundido pelos países ditos desenvolvidos. Trata-se entre outras questões também do fenômeno que se expressa na implementação da globalização econômica e da conformação especulativa e financeira do capital global. As instituições multilaterais permanecem as mesmas, mas os receituários para o desenvolvimento de povos e países assumem outra conformação. Com o desmantelamento da URSS e o fim da guerra fria, tratou-se de incluir o mundo em uma era de prosperidade patrocinada pela liberdade de mercado de produtos e capitais.

O programa neoliberal, para o alcance do desenvolvimento (e, aqui não se trata dos possíveis usos da terminologia do desenvolvimento, mas sim da reificação da

10 Mesmo não que não seja objeto deste artigo, que versa sobre a condição ideológica da terminologia desenvolvimento, se faz oportuno e instrutivo ao leitor fazer alusão ao fato de que, no âmbito das pesquisas acadêmicas, a dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento se inicia com a obra clássica de Raul Prebisch (Manifesto Latino-Americano) e o artigo clássico de Hans Singer. Para conhecimento, algumas referências/trabalhos: Prebisch (1949), Singer (1951; 1999), Silva, Prado & Torracca (2016), etc.

11 “[...] o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade. É, na verdade, nesse contexto muito específico de contestação generalizada que Foucault situa o advento de uma nova maneira de conduzir os indivíduos que pretende satisfazer a aspiração de liberdade em todos os domínios, tanto sexual e cultural como econômico. [...] A exigência de “competitividade” tornou-se um princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios, mesmo os mais distantes dos enfrentamentos comerciais no mercado mundial. Ela é a expressão mais clara de que estamos lidando não com uma “mercantilização sorradeira”, mas com a expansão de uma racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma-empresa. É essa “racionalização da existência” que, afinal, como dizia Margaret Thatcher, pode “mudar a alma e o coração” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 26-27).

ideologia do desenvolvimento), orienta a retirada do protagonismo do Estado no que concerne às deliberações socioeconômicas. Ou seja, trata-se do Estado manter-se comprometido em resguardar os direitos de propriedade privada e a acumulação financeiro-rentista num arcabouço neoliberal de austeridade.

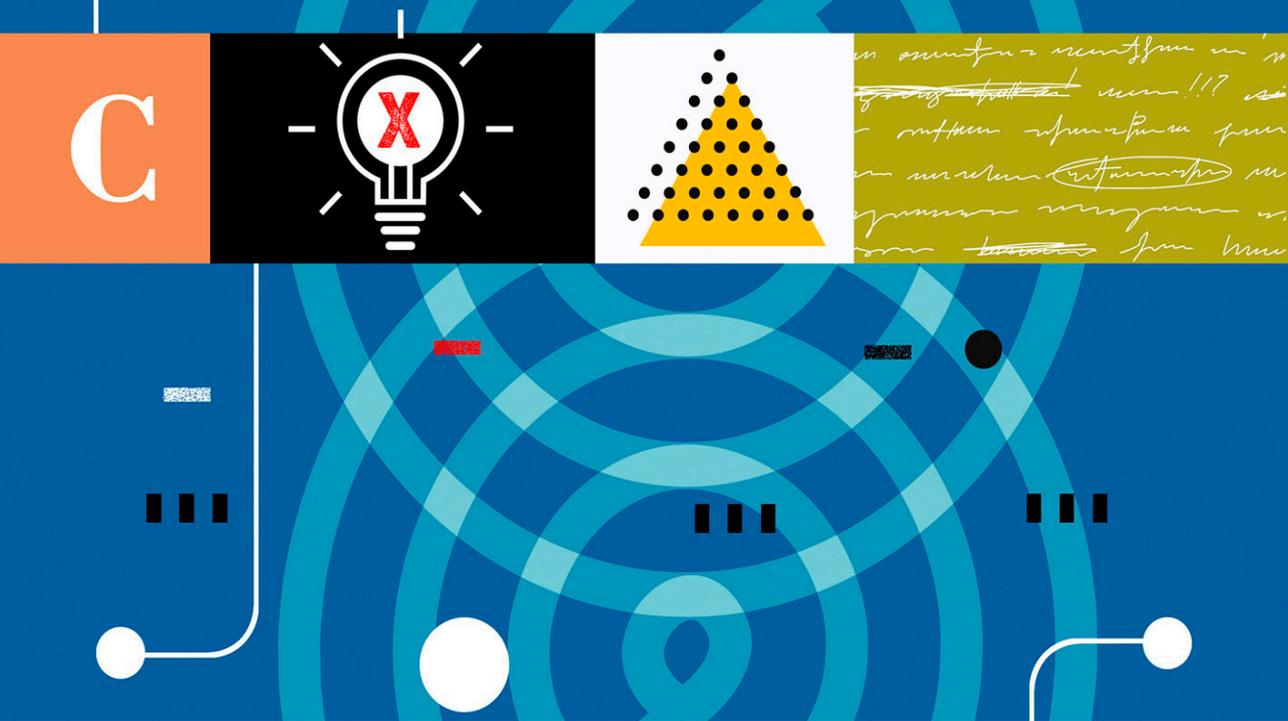
A promessa disseminada pela ideologia do desenvolvimento sob matriz neoliberal e assumida como profissão de fé (crença) por lideranças políticas e econômicas de países subalternos é a facilidade do acesso ao crédito internacional na proporção de programas de privatização dos ativos do Estado. Ou seja, o desenvolvimento não se apresentava mais como decorrência da constituição de um projeto soberano de desenvolvimento nacional, mas como promessa de plena integração à dinâmica do mercado global de produção, consumo e de circulação livre do capital.

A função do Estado, por excelência, passou a ser de agência reguladora e garantidora da liberdade de mercado e dos contratos com a economia financeira.

A neoliberalização das economias mundiais, através da “estabilização” e dos “ajustamentos estruturais”, ou o que ficou conhecido como o receituário do “Consenso de Washington” (Williamson, 1994), promoveu, entre outras coisas, a desregulação financeira e econômica e a privatização das empresas públicas, como resposta para os desafios do desenvolvimento. Esta lista de prescrições para reformas, do tipo “one size fits all”, foi implementada através das condições impostas pela assistência financeira do FMI (sobretudo em países africanos e sul-americanos) e pelos programas de ajustamento do Banco Mundial. Vários dos países receptores que foram alvo destas “terapias de choque” (e.g. Klein, 2007; Rodrik, 2002) como, por exemplo, a Rússia e outras ex-repúblicas soviéticas, países da América do Sul e os “tigres asiáticos” (após a crise de 1997), sofreram processos de acumulação por despossessão (Harvey, 2005): desemprego e pobreza, perda de bens públicos, desigualdades galopantes, novas oligarquias e vários outros problemas sociais e políticos.) (FERREIRA & RAPOSO, 2017, p. 117-118).

Neste contexto, o desenvolvimento passou a ser uma demanda regional. Compete à região diagnosticar suas deficiências e potencialidades, bem como observar e analisar experiências exitosas em âmbito global e avaliar a possibilidade de implementá-las no plano local, regional. Assim, a ideologia do desenvolvimento regional se constitui a partir da padronização e da homogeneização de índices e de indicadores de produtividade, sejam eles humanos, sociais, políticos, institucionais ou econômicos, os quais aferem “verdadeiramente” o grau de desenvolvimento tanto quanto apontam para a necessidade de iniciativas e ações endógenas ou exógenas por meio de modelos previamente estabelecidos pelos ditos países desenvolvidos.

Sob tais pressupostos, a ideologia do desenvolvimento impacta sobre a dimensão local e regional de várias formas. Num primeiro momento, determina o nível de desenvolvimento regional a partir do padrão hegemônico pautado, majoritariamente, na produção de *commodities*, de produtos industrializados, de serviços, e no acesso e consumo da população local/regional de mercadorias e serviços públicos.



Num segundo momento, imputa a dimensão local e regional à responsabilidade na articulação de iniciativas que possam promover o desenvolvimento ao desonerar o Estado das responsabilidades de planejamento, implementação e investimentos em políticas públicas de fomento ao desenvolvimento humano, social e econômico. Entretanto, a condição deletéria imputada pela ideologia do desenvolvimento é impor, sob a justificativa de autonomia local e regional, o modelo neoliberal de desenvolvimento, cerceando iniciativas comunitárias vinculadas a formas singulares de desenvolvimento fundamentadas no *ethos*, nos costumes, nas tradições e nos movimentos sociais constitutivos da cosmovisão local e regional.

Foi assim que se chegou ao paradoxo de uma ciência regional desprovida da natureza e do homem. Seja ela chamada de análise regional, de ciência regional, de economia espacial, de geografia ou de urbanismo, o capitalismo dela se beneficia. Na verdade, não se trata de uma ciência enquanto tal, mas de uma verdadeira ideologia espacial que muda de acordo as necessidades do sistema (SANTOS, 2003, p. 20).

Tendo em vista os argumentos expostos ao longo desta produção, intensifica-se a percepção de que os discursos em torno da terminologia de desenvolvimento apresentam significativos limites para que se possam tomá-los, ou mesmo afirmá-los, como científicos. A dimensão ideológica desses discursos, caracterizada pela difusão de ideias, de modos de pensar, de crenças na pretensão de fundamentar

projetos políticos e sociais de desenvolvimento para comunidades, regiões, povos e países, se sobressai na trajetória em meados do século XX e primeiras décadas do século XXI. Nessa direção, adverte o geógrafo Milton Santos (2003, p. 28): “Seja qual for o período histórico, seja qual for o continente, o resultado é sempre o mesmo: a ruína dos países dominados e a acumulação na metrópole”.

Conseqüentemente, é possível considerar que há fortes indícios, no contexto neoliberal em curso, não apenas de manutenção da ideologia do desenvolvimento, mas, sobretudo, de formulação criativa de novos discursos, de novas ideias, de revitalização de crenças de que o desenvolvimento, em suas dimensões humana, social, ambiental, sustentável ou quiçá a partir de uma nova adjetivação – que poderá emergir do empenho ideológico de pesquisadores e da habilidade discursiva de políticos, de empresários e operadores de mercado –, é acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar uma discussão sobre o termo desenvolvimento como ideologia “produzida” por pesquisas que não alcançam cientificidade suficiente, posto que se apresentam como discurso ideológico repleto de crenças, de propostas e programas de intervenção política e prática em determinados contextos locais, regionais e até mesmo nacionais. Corrobora para essa condição a polissemia do termo desenvolvimento, a qual oportuniza variações discursivas a partir de interesses econômicos, políticos e geopolíticos em curso. Além disso, a contemporaneidade da sua terminologia demonstra a ausência de percurso histórico suficiente para que possa se apresentar como conceito adequadamente consolidado, lógico, coerente e consistente para a interpretação, análise e compreensão de fenômenos sobre os quais pretende se posicionar.

Sobretudo, o caráter ideológico se sobressai quando se observa que sua emergência no cenário internacional se constitui no contexto de posicionamento geopolítico e estratégico do capitalismo norte-americano e europeu, frente a experiências políticas, sociais e econômicas do socialismo soviético e de outros países que após processos revolucionários aderiram ao socialismo. Naquele contexto, tratava-se de afirmar a cosmovisão de desenvolvimento característica do capital, bem como exportá-la como promessa e crença aos países subdesenvolvidos e alinhados à lógica do capitalismo, de plena produção e de pleno consumo no interior de Estados de bem-estar social. Todavia, mesmo após a queda do socialismo soviético, da derrocada dos pacotes de ajudas e exigências dos organismos multilaterais para o desenvolvimento de países periféricos, a ideologia do desenvolvimento se manteve consistente.

No contexto do capitalismo neoliberal dos anos 80, do século XX às primeiras décadas do século XXI, a ideologia do desenvolvimento ganhou nova roupagem e novo arcabouço discursivo, vinculado à dimensão local e regional em função dos imperativos de diminuição do protagonismo do Estado e dos pressupostos

de economia política como possibilidade de estabelecer bases para o desenvolvimento nacional. As possibilidades do desenvolvimento se encontram vinculadas à política econômica imposta pelos mercados controlados pela economia financeira e especulativa global. Ao Estado, cabe apenas o papel de agência reguladora dos interesses do capital.

Nesse âmbito, o desenvolvimento passa a ser atribuição e responsabilidade local, regional e territorial. Independente da categoria geográfica ou econômica que se possa tomar como mote analítico, o receituário da ideologia do desenvolvimento indica a necessidade da potencialização do “capital” humano, do “capital” social, do “capital” institucional como condição por excelência de inserção local/regional na lógica global de plena produção, de pleno consumo e endividamento, nomeado de desenvolvimento regional.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FERREIRA B. & RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico, *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], n. 34, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3GiX3n3>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Consultoria da Edição Brasileira: Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORNHEIM, G. A. (Org.). *Os Filósofos Pré-Socráticos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARIA, M. do C. B. . *Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser*. São Paulo: Moderna, 1994.
- FERREIRA, B. & RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento: Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 34, p. 113-144, julho-dezembro de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3r2resc>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- FIORI, J. L. *A ilusão do desenvolvimento*. *Jornal Folha de São Paulo. Caderno Folha Mais*. São Paulo, domingo, 24 de janeiro de 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3FjVzrk>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- FIORI, J. L. *De volta à questão da riqueza de algumas nações*. In.: IORI, José Luis (Org). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: vozes, 1999.
- FIORI, J. L. *Estado e desenvolvimento na América Latina*. *Revista de Economia Contemporânea [online]*, v. 24, n. 01, e202416, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rs7yyv>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- GOMÉZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. *Revista PEGADA: A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 3, n. 1, pp. 1-13, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3nflSUE>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- GOMÉZ, J. M. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/31O4bch>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Victor Civita, 1974.

- MANSION, Suzanne. A primeira doutrina da substância: a substância segundo Aristóteles. In: ZINGANO, Marco (Org.). *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editores, 2009. pp. 73-92.
- MONDOLFO, R. *O pensamento antigo: História da Filosofia Greco Romana*. São Paulo: Editora Mestre Jou S. A, 1966.
- MORENO, A. R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem - ensaio introdutório*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
- PINTO, Á. V. *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos: Introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale de lágrimas"*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.
- PINTO, Á. V. *Consciência e Realidade Nacional*. Volume 1: A consciência ingênua. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2021.
- PINTO, Á. V. *Consciência e Realidade Nacional*. Volume 2: A consciência Crítica. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2021.
- PRADO, F. C. *A ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo*. 168 f. 2015. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- PREBISCH, R. *Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo*. Santiago, Chile: Estudio Económico de América Latina Nova York, 1949.
- RANIERI, J. Sobre o conceito de ideologia. *Estudos de Sociologia*, v. 7, n. 13, pp. 8-36, 2003.
- REALE, G. & ANTISERE, D. *História da Filosofia: patrística e escolástica*. Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003. (Volume 2).
- ROGUE, C. *Compreender Platão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- ROSSI, P. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Edusc, 2001.
- SADER, E. *Ditaduras Militares*. Enciclopédia Latino Americana. Disponível em: <https://bit.ly/3K5zhgW>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- SANTOS, M. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SILVA, J. C. A de Lima; PRADO, L. C. D. & TORRACCA, J. F. Um novo olhar sobre um antigo debate: a tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida? *Economia Aplicada*, v. 20, n. 2, pp. 203-226, 2016.
- SINGER, H. The distribution of gains between investing and borrowing countries. *American Economic Review*, v. 40, pp. 473–85, 1950;
- SINGER, H. Beyond terms of trade-convergence and divergence. *Journal of International Development*, v. 11, n. 6, pp. 911–916, 1999
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Nova Iorque: A. M. Kelley, 1776.
- VALLÉE, B. H. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.